

Alocação de Roberta Metsola, Presidente do Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu
15 de dezembro de 2022

Foi uma semana difícil em Bruxelas. Permitam-me dizer que as informações que recebemos das autoridades belgas indicam que existem graves suspeitas de que pessoas ligadas a governos autocráticos traficaram influência de uma forma que, suspeitamos, tinha por objetivo subjugar os nossos processos.

Trabalhámos em sintonia com as autoridades belgas, em relação às quais estou profundamente grata. A intenção de subjugar os nossos processos foi frustrada. Os suspeitos foram detidos, interrogados e acusados, como é justo que seja.

Mas devo também dizer que, embora possamos sempre visar o reforço dos fatores dissuasores e da transparência – e estarei ao leme de um processo de reforma robusto – haverá sempre pessoas para quem um saco de dinheiro justifica correr o risco. É essencial que estas pessoas compreendam que serão apanhadas. Que haverá consequências. Que os nossos serviços funcionam e que serão plenamente responsabilizadas perante a lei.

É o que significa Estado de direito e é desta forma que respondemos e restabelecemos a confiança.

A confiança, como sabemos, leva anos a construir, mas bastam segundos para a aniquilar. E é esta questão de confiança que me leva também ao debate sobre a adesão da Roménia e da Bulgária ao espaço Schengen.

Foi muito dececionante, na semana passada, ver de novo o Conselho gorar as expectativas de milhões de europeus ao escolher adiar, mais uma vez, a adesão destes dois países.

Com exceção da supressão das fronteiras internas, a Roménia e a Bulgária são obrigadas a aplicar integralmente o acervo de Schengen. Tal como outros Estados-Membros, são plenamente responsáveis pela segurança e estabilidade das fronteiras externas do espaço Schengen, sem todavia beneficiarem das suas vantagens.

A Bulgária e a Roménia passaram com êxito os respetivos processos de avaliação de Schengen em 2011. Já lá vão mais de 11 anos.

É demasiado tempo. Há uma dinâmica histórica que permite reparar esta situação, mas é necessário agir agora.

Klaus Iohannis falou, uma vez, sobre as fronteiras que erigimos no espírito das pessoas e que demoram muito mais tempo a dismantelar. Tinha razão. Somos uma União que, na sua história, se orgulha de destruir muros e de aproximar as pessoas. Podemos voltar a fazê-lo se tivermos a coragem de tomar decisões políticas que são a marca da nossa geração na construção da Europa.

Podemos fazer a diferença numa altura de dificuldades acrescidas. As pessoas veem-se confrontadas com quase 300 dias de guerra na Ucrânia, o aumento da inflação, a instabilidade dos preços da energia, indústrias em dificuldade e faturas domésticas muito elevadas.

Para dar resposta às repercussões socioeconómicas, temos de regressar ao crescimento e colocar a ênfase na competitividade da Europa e no nosso papel de protagonistas a nível mundial.

É nomeadamente o caso da nossa relação transatlântica. A lei de redução da inflação («Inflation Reduction Act») dos Estados Unidos é, por um lado, um esforço para conciliar a transição energética e a segurança energética e, por outro, um sinal de crescente protecionismo. Discrimina abertamente os veículos elétricos produzidos na UE e torna mais complexa a cooperação transatlântica no que diz respeito a minerais essenciais e à produção de baterias.

A minha esperança é que os litígios comerciais possam ser evitados e que este ato protecionista dos EUA proporcione, pelo contrário, uma plataforma para uma maior liderança por parte dos EUA e da UE em matéria de ação climática, segurança energética e cooperação na definição de normas comuns. A luta contra as alterações climáticas deve ser feita em conjunto e não em detrimento da base industrial da outra parte.

A UE deve tentar obter uma vantagem competitiva a nível mundial através da defesa dos seus valores democráticos e da prossecução da sua agenda climática. Devemos continuar a insistir no facto de que o nosso método funciona.

Sinto-me encorajada pelos sinais positivos da terceira reunião ministerial do Conselho de Comércio e Tecnologia. Conseguimos fazer avançar o debate. É necessário que as disposições discriminatórias sejam tratadas na mais ampla medida possível.

E isto aplica-se, por exemplo, aos veículos elétricos. Temos agora de manter a dinâmica. Para esse efeito foi criada a *task force* de alto nível sobre a lei de redução da inflação. O tempo urge.

Pedimos apenas equidade, nada mais. A UE também subvenciona os fabricantes de automóveis elétricos, mas não discrimina. Esperamos que os EUA façam o mesmo.

A UE não deve enveredar pelo perigoso caminho de ver quem ganha a corrida ao protecionismo.

Temos de acelerar o investimento público na Europa que possa trazer soluções europeias concretas a médio prazo. Mas temos de ter condições de concorrência equitativas no mercado único e a nível mundial. O nosso Pacto Ecológico deve ser uma estratégia de crescimento.

O crescimento resultará também da reforma do nosso mercado da energia. Temos de garantir que este esteja preparado para o futuro. Temos de o fazer em conjunto e assegurar que resulta, sob pena de não mais cessar a concorrência entre nós.

Continuaremos a apoiar medidas que promovam o reabastecimento dos depósitos de armazenamento de gás para o próximo inverno. Continuaremos a apoiar a aquisição conjunta de fornecimentos. E temos de diversificar as nossas fontes de energia.

Temos de criar um quadro regulamentar sólido para o futuro. A revisão já em curso do Regulamento Gás da UE permitir-nos-á alinhar as nossas regras com a procura comercial e o transporte de hidrogénio verde. A revisão do nosso mercado da eletricidade está prevista para o início do próximo ano. E posso dizer-vos que o Parlamento está pronto a dar contributos para ajudar a construir, em conjunto, a nossa resiliência energética.

O Parlamento é e continuará a ser um parceiro nos debates. O plano RePowerEU, apresentado em maio, está a tornar-se uma realidade. Ontem mesmo foi alcançado um acordo – tal como prometido, antes do Natal. Podemos agir rapidamente e já demonstrámos que o faremos quando necessário.

Quanto mais longa for a crise energética, menos se justifica a utilização do artigo 122.º como base jurídica para a ação.

A maior parte das propostas da Comissão tem um impacto sistémico – o que é necessário – mas o Parlamento deve ser associado ao processo.

Tomemos como exemplo o debate sobre o limite de preços: está em curso há meses e o Parlamento poderia trazer um enorme valor acrescentado. Temos de trabalhar em conjunto.

O crescimento do PIB da área do euro abrandou neste último trimestre e a expectativa é de que continue a abrandar. E parece provável haver uma contração da produção a curto prazo. 2023 será um ano difícil. Não obstante, as nossas bases económicas são sólidas e, este ano, tivemos resultados muito melhores do que se esperava.

Coletivamente, devemos abster-nos de adotar políticas orçamentais que alimentem a inflação e afetem mais duramente os mais vulneráveis. Isto não significa que não há margem para uma maior flexibilidade em alguns domínios, mas esta tem de ser equilibrada.

É necessário proceder à revisão do quadro de governação económica da UE. Importa dispor de um quadro adequado e credível para termos políticas orçamentais sustentáveis. Congratulo-me com o facto de a Comissão estar a iniciar um debate com os Estados-Membros e o Parlamento Europeu sobre esta questão.

Mas é forçoso avançar rapidamente e decerto em 2023.

E, em 2023, teremos de nos manter cada vez mais fortes em relação à Ucrânia. Os ucranianos voltarão a esperar de nós apoio político, humanitário, militar, energético e financeiro.

Não podemos permitir que a fadiga se instale – essa é a esperança da Rússia, que quer esgotar os nossos sistemas e a nossa paciência. Temos de demonstrar a mesma resiliência que pedimos aos ucranianos.

É imperativo finalizar a nossa próxima ronda de sanções e assegurar que as lacunas ainda existentes sejam colmatadas.

Ontem, atribuímos o Prémio Sakharov ao povo da Ucrânia, representado pelo Presidente Zelenskyy. As suas palavras convenceram-nos, embora não fossem precisas mais provas, da determinação da coragem da Ucrânia. Congratulo-me com os progressos realizados pela Ucrânia na aplicação das sete recomendações da Comissão Europeia relativas ao pedido de adesão do país à União Europeia.

Podemos continuar a apoiar o povo da Ucrânia e continuaremos a fazê-lo.

Por último, permita-me agradecer-lhe, Petr, pela Presidência checa, por nos ter guiado ao longo dos últimos meses e por ter encerrado uma longa lista de dossiês complexos durante um período repleto de dificuldades.

Regozijo-me vivamente com a próxima Presidência sueca e aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar consigo, caro Ulf.

Ainda há muito trabalho por fazer.

Cada vez que nos encontramos, esse trabalho parece aumentar cada vez mais. Mas estou convicta de que, juntos, temos todas as condições para superar as nossas diferenças e fazer progredir a União Europeia.

Obrigada pela vossa atenção.